

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM TAPES
BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL**

ÉDERSON GUSTAVO DE SOUZA FERREIRA

**A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL:
RELATO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
ENFRENTAMENTO A COVID-19 JUNTO AO PROGRAMA DE OPORTUNIDADES
E DIREITOS - POD/RS**

**TAPES
2022**

ÉDERSON GUSTAVO DE SOUZA FERREIRA

**A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL:
RELATO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
ENFRENTAMENTO A COVID-19 JUNTO AO PROGRAMA DE OPORTUNIDADES
E DIREITOS - POD/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso do
Curso Superior de Bacharelado em
Gestão Ambiental da Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul

Orientadora: Daniela Cristina Haas
Limberger

**TAPES
2022**

Catálogo de Publicação na Fonte - CIP

F383b

Ferreira, Éderson Gustavo de Souza.

A busca pela superação de crise socioambiental: relato sobre a importância da educação ambiental no enfrentamento a Covid-19 junto ao Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS./ Éderson Gustavo de Souza Ferreira. - Tapes, 2022.
35 f.

Orientadora: Ma. Daniela Cristina Haas Limberger

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Superior de Bacharelado em Gestão Ambiental, Unidade em Tapes, 2022.

1. Educação ambiental. 2. Juventude. 3. Pandemia. I. Limberger, Daniela Cristina Haas. II. Título.

ÉDERSON GUSTAVO DE SOUZA FERREIRA

**A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL:
RELATO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
ENFRENTAMENTO A COVID-19 JUNTO AO PROGRAMA DE OPORTUNIDADES
E DIREITOS - POD/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso do
Curso Superior de Bacharelado em
Gestão Ambiental da Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul

Orientadora: Ma. Daniela Cristina Haas
Limberger

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Ma. Daniela Cristina Haas Limberger

Dr. Antônio Leite Ruas Neto

Me. Thiago Severo Gonçalves

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus Orixás, Oxum Pandá e Xangô Aganju por toda fé e energia em poder passar por cada obstáculo durante a minha trajetória acadêmica e profissional, pois neles eu confiei, esperei e conquistei;

A minha família, minha mãe, minha irmã e meu irmão, pois não tenho palavras suficientes para demonstrar todo meu amor, carinho e gratidão. Vocês são meus pilares, obrigado por acreditarem e sempre incentivarem que eu seja capaz de conquistar meus objetivos;

A minha orientadora Daniela Limberger, minha eterna gratidão pela oportunidade, cumplicidade e confiança durante toda minha trajetória acadêmica e por ter sempre acreditado na minha capacidade;

A todas as minhas amigadas que eu criei durante a minha trajetória na Uergs e que são muitas para ficar citando aqui, mas quero que saibam que guardarei todos vocês em meu coração;

Aos meus amigos e colegas de turma. Obrigado. Vocês foram fundamentais na minha caminhada. Aprendi muito com cada um;

Por fim, agradeço a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que além da parte acadêmica, me oportunizou em diversas esferas poder ocupar representações nas mais variadas, em especial nos Conselhos Superiores da Universidade, Consun e Conepe, no qual deixei a minha marca e também meu orgulho em ter sido o primeiro estudante assumidamente gay a ocupar essas representações.

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, aborda a temática em torno da crise socioambiental agravada pela COVID-19. Através do relato de ações realizadas no período de pandemia junto a jovens de 15 anos a 24 anos e suas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e da parceria entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e o Programa de Oportunidades e Direitos, no município de Viamão, que juntos assumiram o protagonismo, utilizando-se como mecanismo de transformação e auxílio para as pessoas mais vulneráveis no enfrentamento da COVID-19. Além do auxílio, a ação de extensão relatada e discutida nesse trabalho de conclusão, é factível que contribuiu para uma política de desenvolvimento em conjunto com a educação ambiental, que foi minimizar o impacto negativo causado pelo descarte incorreto do óleo de cozinha usado e a sensibilização da importância da preservação do meio ambiente e promoção da higiene, saúde e qualidade de vida de uma comunidade em condições de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Juventude. Pandemia.

ABSTRACT

This work for the conclusion of the Bachelor's Degree in Environmental Management addresses the theme around the socio-environmental crisis aggravated by COVID-19. Through the report of actions carried out during the pandemic period with young people aged 15 to 24 years and their families who live in a situation of social vulnerability and the partnership between the State University of Rio Grande do Sul and the Opportunities and Rights Program, in the municipality of Viamão, who together took on the role, using themselves as a mechanism for transformation and assistance for the most vulnerable people in the face of COVID-19. In addition to the aid, the extension action reported and discussed in this conclusion work, it is possible that it contributed to a development policy together with environmental education, which was to minimize the negative impact caused by the incorrect disposal of used cooking oil and to raise awareness of the importance of preserving the environment and promoting hygiene, health and quality of life in a vulnerable community.

Keywords: Environmental Education. Youth. Pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Sabão líquido produzido por ação de extensão da universidade.....28
- Figura 2 - Respostas da investigação realizada com a comunidade atendida.....29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CJ	Centro da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
POD	Programa de Oportunidades e Direitos
RS	Rio Grande do Sul
SJCDH	Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3 JUSTIFICATIVA.....	14
4 METODOLOGIA.....	15
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
5.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
5.2 CONTEXTO SOCIAL.....	20
5.3 A CRISE SOCIOAMBIENTAL.....	23
6 DISCUSSÃO.....	27
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um dos maiores índices de criminalidade violenta da Região da América Latina e Caribe com uma taxa de homicídios na ordem de 21,65 por 100.000 habitantes, em 2019, segundo dados do Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA/2020). No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, esse dado sobe para 39,49 homicídios por 100.00 habitantes entre jovens de 15 a 29 anos.

Com propósito de amenizar estes dados na capital do estado e Região Metropolitana, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) através do apontamento dos lugares mais críticos em termos de instabilidade social e agressividade, origem de jovens que integram seu sistema em cumprimento de medida socioeducativa, alocaram os chamados Centros da Juventude. Estes Centros foram idealizados pelo Programa de Oportunidades e Direitos (POD), reconhecendo a responsabilidade do Estado de oferecer oportunidades aos jovens e suas famílias, a dignidade humana e a prevenção de atos infracionais.

Obviamente as adversidades já existentes nesta população foram agravadas pela crise sanitária provocada pela recente pandemia da COVID-19, que também chamou a atenção para outra situação contemporânea grave, que é a crise socioambiental. Sabe-se que o surgimento de doenças está fortemente relacionado à ação humana no meio ambiente, e os impactos do desequilíbrio ambiental são sentidos principalmente pela população em situação de vulnerabilidade social (JUNGES, 2020). O contexto da pandemia impactou negativamente na rotina e nas finanças de muitas famílias, dificultando o acesso, por exemplo, a produtos de higiene básica, visto que a produção e a distribuição desses produtos foram afetadas pela alta procura e aumento dos preços.

Dessa forma, o presente trabalho foi elaborado com o objetivo de relatar ações que auxiliaram no enfrentamento à pandemia, com o envolvimento de diferentes atores da sociedade, visando minimizar os impactos causados pelo avanço da doença, com intuito de sensibilizar, educar e prevenir os jovens do Programa de Oportunidades e Direitos - POD/RS no combate a COVID-19.

Destaca-se que a educação ambiental é uma das principais ferramentas da gestão ambiental, que caracteriza o início do processo de sensibilização e está diretamente ligada à conquista dos objetivos pretendidos, uma vez que busca

modificar o comportamento e criar um olhar crítico diante do meio ambiente nas pessoas.

Promover o cuidado com o meio ambiente junto à população vulnerável de forma a fazê-las interagir de maneira mais consciente mostra-se fundamental para a inclusão social e para uma melhor qualidade de vida deles. A gestão ambiental exige processos de orientação educacional, assim a educação ambiental deve ocupar lugar central no desenvolvimento de ações de enfrentamento às crises socioambientais, principalmente a partir da proposição de ações pautadas no combate, na sensibilização e prevenção da COVID-19.

2 OBJETIVOS

Na sequência deste item serão apresentados os objetivos do trabalho.

2.1 OBJETIVO GERAL

Relatar ações que auxiliaram no enfrentamento à pandemia, com o envolvimento de diferentes atores da sociedade, visando minimizar os impactos causados pelo avanço da doença, com intuito de sensibilizar, educar e prevenir os jovens do Programa de Oportunidades e Direitos - POD/RS no combate a COVID-19.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS:

- a) relatar ações promovidas junto aos jovens integrantes do POD/RS no enfrentamento à pandemia da COVID-19;
- b) refletir sobre a sensibilização da população dos jovens no tocante à importância da educação ambiental;
- c) destacar a importância dos cuidados com a higiene pessoal no enfrentamento a Covid-19.

3 JUSTIFICATIVA

Desde meados de março de 2020, o mundo acompanha uma crise ambiental e socioeconômica, agravada por conta do vírus da COVID-19 (SARS-COV2), e que segundo o Ministério da Saúde no Brasil (2022) culminou na morte de mais de 680 mil pessoas. Além dos problemas econômicos e socioambientais, a pandemia causou problemas na área educacional e de saúde pública, de uma maneira geral.

No envolvimento de profissionais como o gestor ambiental onde a atuação permeia tanto o universo da educação quanto da saúde pública, deve ser importante considerar a vivência contemporânea em sociedade de consumo e em contato direto com diferentes usos do meio ambiente, assim os conceitos de sustentabilidade devem envolver a todos. A gestão ambiental exige processos de orientação educacional, de maneira que a educação ambiental deve ocupar lugar central no desenvolvimento de ações ambientais, mostrando-se relevante o assunto para um trabalho final de curso. Dessa forma a educação ambiental é uma das principais ferramentas da gestão ambiental e caracteriza o início do processo de sensibilização.

Nesta perspectiva, foram necessárias iniciativas que visassem à conscientização, prevenção e à mudança de comportamento em relação às questões ambientais e ao próprio enfrentamento a COVID-19, promovendo a cidadania, a ética ambiental e o senso crítico e disseminador principalmente em jovens envoltos a vulnerabilidade social.

4 METODOLOGIA

Neste item será descrito o que foi realizado para o cumprimento dos objetivos proposto no trabalho de conclusão. O caminho metodológico aqui traçado buscando atingir o objetivo que é relatar ações que auxiliaram no enfrentamento à pandemia, com o envolvimento de diferentes atores da sociedade, visando minimizar os impactos causados pelo avanço da doença, com intuito de sensibilizar, educar e prevenir os jovens do Programa de Oportunidades e Direitos - POD/RS no combate a COVID-19 através de uma pesquisa bibliográfica e o relato.

Segundo Sousa *et al.* (2021), a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Esta investigação será realizada através de busca no Google acadêmico, que é uma ferramenta que auxilia na busca de literatura como: teses, artigos, livros e outros. Os temas de busca envolvem a sensibilização de jovens por meio de educação ambiental e a crise socioambiental no contexto da COVID-19, o contexto dos centros da juventude no estado e práticas de higiene relacionadas à saúde pública.

Ainda, será realizado um estudo de caso, relatando-se ações promovidas junto aos jovens integrantes do POD/RS, assim como uma reflexão acerca de práticas importantes para saúde pública.

De acordo com Yin (2010, p.39), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Dessa forma o fenômeno contemporâneo se apresenta através do relato e discussão sobre ações documentadas de uma atividade de extensão junto ao POD/RS e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O projeto base da discussão foi registrado sob o título “Mãos solidárias – fase I: fabricação de sabão líquido como recurso para o combate à COVID-19”, cujos autores foram, além do autor deste trabalho de conclusão, a discente Joyce Helena da Silveira e as professoras Adriana Leal Abreu e Lúcia Allebrandt da Silva Ries, disponível no endereço <http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/article/view/3608> junto do Livro de Resumos, ISSN: 2448-0010.

Para analisar as informações juntamente com os jovens do Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS, foi realizado um questionário através do Google Formulário, a fim de obter respostas sobre a eficiência da produção de sabão em líquido através do óleo de cozinha usado.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico se subdivide nos seguintes tópicos: A Importância da Educação Ambiental, Contexto Social e a Crise Socioambiental.

5.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com questões ambientais não é algo novo, os primeiros registros de esforços para chamar a atenção sobre danos ambientais se deram no início da década de 60. Poucos anos depois em 1968, o aumento das preocupações levou a convocação de um encontro, posteriormente chamado de Clube de Roma, onde os sete países mais ricos do mundo reuniram-se para discutir o crescimento econômico e seus impactos sobre a natureza e a sociedade, de onde se originou um documento que alertava os países membros da ONU sobre a necessidade de se pensar no desenvolvimento de modo compatível com as leis da natureza. Soma-se a ela, a urgência de uma educação multidisciplinar visando o mesmo objetivo, nos diferentes níveis de ensino (CARVALHO, 2006, p. 12-14).

Nas últimas décadas, as interferências humanas sobre o meio natural vêm sendo cada vez mais intensificadas, contribuindo para o aumento de diversos problemas ambientais e socioeconômicos em níveis alarmantes. Na tentativa de combater os aspectos negativos dessas intervenções, os governos criaram e implementaram dispositivos legais em várias instâncias, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento em bases sustentáveis (FERREIRA, 2015).

Neste contexto foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei N° 9795, de 27 de abril de 1999, a qual veio reforçar e qualificar o direito de todos à educação ambiental, como “um componente essencial e permanente da educação nacional”. Com isso, tal Lei vem qualificar a educação ambiental indicando seus princípios e objetivos, os atores responsáveis por sua implementação, seus âmbitos de atuação e suas principais linhas de ação.

Esta preocupação e discussão em torno da Educação Ambiental ocorrem quando a sociedade percebe a importância da preservação ambiental, uma vez que

começa a sofrer os danos causados pela falta de controle e monitoramento dos impactos ambientais.

O termo “educação ambiental” foi utilizado pela primeira vez em 1965, na Conferência de Educação Ambiental da Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. No Brasil, a educação ambiental passou a se inserir de forma extraoficial, no início da década de 1970, propondo manifestações sociais sobre o caráter político do uso dos recursos naturais. Porém somente a partir de 1980 que alguns educadores passaram a se intitular “ambientais” (CARVALHO, 2006, p. 15-24).

“A Educação Ambiental é um campo de conhecimento em formação, permeado por contradições e com um histórico que lamentavelmente torna mais complexo o seu processo de assimilação” (MEDINA, 2001, p. 17).

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, Art 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Quando falamos em educação ambiental, nos referimos à ciência que tem por finalidade a educação e conscientização das populações acerca dos problemas ambientais e da importância da preservação ambiental, mostrando-lhes os benefícios e dando-lhes opções de desenvolvimento, oportunizando a participação desses indivíduos no gerenciamento do ambiente em que vivem (SÃO PAULO (Estado), 2008).

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) regulamenta a implantação da educação ambiental em todos os níveis escolares, desde as séries iniciais até o ensino superior, com a abordagem de temas ambientais em todas as disciplinas. Essa interdisciplinaridade conforme Leff (2011, p. 230) “trata-se de um processo de reconstrução social através de uma transformação ambiental do conhecimento”.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem uma mudança nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos

e da sociedade em seu conjunto, além da transformação do conhecimento e da inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais. A sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental emergente no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível foram considerados processos fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais (LEFF, 2011, p. 222).

Na concepção de Leff (2001) existe a percepção de que a questão ambiental é um fenômeno eminentemente próprio à modernidade avançada ou pós-moderna e que por assim ser exige um urgente, urgentíssimo processo de mudança nos padrões de comportamento vigente na sociedade moderna e na forma como as pessoas vivem em interação com o meio ambiente em todas as suas dimensões.

As novas práticas educativas voltadas à questão ambiental buscam mudar o modo de ver e agir dos mais diferentes públicos, de forma a recuperar o ambiente e melhorar a qualidade de vida. A educação ambiental deve estar atenta aos movimentos do cotidiano de forma a estimular e ampliar a ideia de que estamos diante da necessidade de convívio entre e com os diferentes e singulares (ESMÉRIO; SOUZA, 2002, p. 6).

Devendo estar sempre voltado para a realidade das comunidades, o trabalho com a questão ambiental busca se embasar em pesquisas da realidade como metodologia da construção social do conhecimento, com a participação da comunidade de forma coletiva, construindo alternativas às problemáticas socioambientais locais (ESMÉRIO; SOUZA, 2002, p. 10-11).

Para que a educação ambiental seja aplicada efetivamente é necessária a implantação de políticas públicas educacionais compatíveis, que deem suporte a uma mudança de cultura, afetando holisticamente os hábitos e posturas de determinada sociedade. A cultura deve ser encarada como um importante ponto de partida ao encontro do ideal do desenvolvimento sustentável. Qualquer tipo de sistema, por mais simples que pareça, precisará sempre de algum tipo de sensibilização ambiental (SEIFFERT, 2009, p. 267-268).

Conforme Stone e Barlow (2007, p. 165–169) qualquer mudança para acontecer precisa de pessoas dispostas a ajudar, não só as pessoas idealizadoras, mas diferentes pessoas, mães, pais, vizinhos, colegas, amigos, que sejam de uma forma ou outras favorecidas nas futuras mudanças. Pois somente acreditando que é

possível e que os passos dados um de cada vez trilham um caminho é possível grandes feitos.

O Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, um dos documentos de referência para a educação ambiental, pactuado no Fórum das ONGs paralelo à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Eco-92, reconhece a educação como direito dos cidadãos e firma posição na educação transformadora. Esse documento merece destaque porque é, ainda hoje, o principal documento referência dos educadores ambientais mais comprometidos com a dimensão socioambiental da educação em vários países do mundo (TOZONI-REIS, 2006).

[...] a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS, 1995).

Na sua concepção o enfrentamento da questão ambiental decorre da produção de um conhecimento que tem uma racionalidade ambiental própria e que visa a reapropriação social da natureza por parte dos indivíduos com uma mudança de postura e adoção de uma nova ética comportamental, (LEFF, 2006, p. 113).

Dado esse contexto, percebe-se a necessidade da Gestão Ambiental incorporar a educação como instrumento dinamizador de mudanças comportamentais nas pessoas, nas instituições organizacionais embutido nelas a conscientização ambiental como meio de manutenção de uma sociedade sustentável não apenas para o futuro, mas no presente e de forma contínua e permanente com o estabelecimento dessa nova ética comportamental que passa pela reapropriação da natureza pela sociedade sob a ótica da racionalidade ambiental defendida por Leff (SILVA; PESSOA, [20--]).

A educação ambiental crítica, se propõe resgatar os paradigmas civilizatórios primitivos, por meio de uma educação transformadora e emancipatória, reconstruindo uma nova sociedade ambientalmente sustentável e capaz de mudar este cenário de crise ambiental, que se estabeleceu (LOUREIRO, 2011). Para tanto

faz-se necessários mudar percepções, ser mais participativo, resgatar ou reconstruir arquétipos e mudar de dentro para fora a postura (MELLO-SILVA; CONCATTO, 2020, p. 96).

Na perspectiva de uma educação ambiental crítica, a formação incide sobre as relações indivíduo sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros. Na educação ambiental crítica esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana (GUIMARÃES, 2011, p. 20).

É a transformação do sujeito ao raciocínio crítico, ao pertencimento ao coletivo, a alteridade e a empatia necessária em tempos de crise do coronavírus (COVID-19) (PATRÍCIO *et al.*, 2020).

5.2 CONTEXTO SOCIAL

É um fato global que homens adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos são os que mais apresentam risco de serem vítimas de homicídios. Contudo, conforme se concluiu no relatório sobre os homicídios em todo o planeta realizado pela UNODC em 2019 (UNODC, 2019), pesa para essa situação mundial o contexto do continente americano, onde os fatores estruturais que causam a mortalidade violenta são os conflitos frutos da ação do crime organizado e das mortes decorrentes do uso de armas de fogo (IPEA, 2021).

A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não é um fenômeno recente (WAISELFISZ, 2011). Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública acrescentou ao indicador de violência de jovens um indicador de desigualdade racial. A partir disso, constatou-se que os jovens negros que os jovens negros entre 12 e 29 anos estavam mais vulneráveis ao homicídio do que brancos na mesma faixa etária (CERQUEIRA, 2017).

De acordo com a referida pesquisa no Mapa da Violência de 2011, os homicídios são hoje, pois, a principal causa de morte de jovens, notadamente de jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas

dos centros urbanos. Apresentado dados do Sistema de Informações de Mortalidade/Datasus do Ministério da Saúde, demonstram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil era jovem (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos), sendo 93,03% deles do sexo masculino. Com efeito, a taxa de homicídios entre jovens, tomando por base o ano-referência 2011, é quase o dobro da letalidade geral, atingindo 53 mortes por 100.000 jovens (WAISELFISZ, 2011). Em 2012, a vulnerabilidade alcançava mais que o dobro (CERQUEIRA, 2017).

A exemplo do que se verifica no Brasil, no Rio Grande do Sul os territórios que concentram os maiores níveis de vitimização letal coincidem com aqueles de maior exclusão socioeconômica e cultural, reforçando a relação perversa existente entre violência, pobreza e, fundamentalmente, desigualdade. Isso porque as áreas com piores indicadores sociais geralmente são aquelas que apresentam maior risco de morte por homicídios e maior número de vítimas fatais em face da violência policial. Destarte, homens jovens negros de baixa renda, em áreas urbanas, experimentam maiores taxas de homicídios, isto é, maior potencial de vitimização letal, como também ocupam posições mais precárias ou subalternas no mercado de trabalho, possuindo, ainda, em regra, menores índices de educação formal. No Rio Grande do Sul, em 2010, as taxas de homicídios de jovens negros eram aproximadamente 1,7 vezes mais altas do que a de brancos. De igual modo, entre os criminalizados, aqui entendidos como encarcerados, foi verificado que pessoas negras tendem a permanecer mais tempo presas do que pessoas brancas, o que expõe ainda mais os negros a um círculo vicioso de exclusão e violência (SJDH, 2016).

A associação de variáveis socioeconômicas e demográficas, que definem um lugar social mais vulnerável aos negros na hierarquia social e que limitam o seu acesso e usufruto às condições de vida melhores (CERQUEIRA; MOURA, 2014); a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema de justiça criminal, sobretudo as polícias, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos sociais, tornando a população negra o alvo preferencial de suas ações (SINHORETTO; BATITUTTI; MOTA, 2014); e a ausência de políticas públicas específicas que combatam as desigualdades vividas por essa parcela da população.

Ao reconhecer a centralidade político-institucional e sociocultural da dinâmica das violências e crimes nessas localidades, especialmente da criminalidade violenta contra a vida com resultado morte, que, não raro, envolve a participação, seja como vítimas, seja como perpetradores, de jovens de 15 a 24 anos, o Estado do Rio Grande do Sul, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), propõe a implantação, a manutenção e a institucionalização de políticas públicas dirigidas ao seu controle e à sua redução, com foco nas juventudes, como a presente (SJDH, 2016).

Anterior a isto, é importante destacar movimentação em torno das políticas públicas em decorrência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Surge no Rio Grande do Sul em 2002, a FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo, instituída pela Lei Estadual nº 11.800/2002 e Decreto Estadual nº 41.664/2002. A FASE é a instituição, especializada no atendimento a adolescentes infratores, como regra, na idade entre 12 e 18 anos. Nesta instituição, recebem as medidas socioeducativas, que podem ser implementadas por meio de tratamento intensivo, através da internação na instituição, ou aplicadas no formato de semiliberdade. A medida a ser aplicada é definida pelo Juiz de Infância e Juventude (FREITAS, 2021).

Em 2009, foi instituído pela Lei Estadual nº 13.122, o programa social denominado Programa RS Socioeducativo, tendo como fim, segundo seu art. 1º, “auxiliar a inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto”, promovendo a cidadania e inclusão social, atuando na prevenção da violência e da reincidência infracional (FREITAS, 2021).

Em 2013, através da Lei Estadual nº 14.227, é instituído o Programa de Oportunidades e Direitos – POD, com a proposta de realizar os direitos humanos de grupos socialmente vulneráveis, a partir dos seguintes eixos: POD Legal, que visa à qualificação profissional e inserção laboral; POD Juventude, que consiste na inserção social; POD Socioeducativo, com o atendimento multiprofissional a pessoas em situação de vulnerabilidade; POD Tutelar, que visa ao fortalecimento da rede de atendimento aos jovens, Conselho Tutelar e gestores públicos, assim como a implantação do Sistema Estadual de Informações para Infância e Adolescência e, por último, o POD Universidade Já, que se propõe a melhorar o nível de escolaridade e o acesso ao ensino superior, consistindo no oferecimento de curso pré-vestibular gratuito para alunos de baixa renda e oriundos de escolas públicas.

Na sequência a Lei 14.228/2013 altera então o nome do Programa RS Socioeducativo dado pela lei de 2009 para Programa de Oportunidades e Direitos RS Socioeducativo – POD RS Socioeducativo, ampliando também o apoio financeiro aos jovens beneficiados pelo programa (FREITAS, 2021)

Dessa forma, o Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS tem como objetivo geral: contribuir para a redução dos elevados índices de crimes violentos (homicídios e roubos) em 3 (três) municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Alvorada, Porto Alegre e Viamão). Em termos dos objetivos específicos visa: (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local; (iii) reduzir a reincidência da população jovem em conflito com a lei; e (iv) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco (SJDH, 2016).

Chegando-se finalmente em 2014, que com o Decreto Estadual nº 52.010, de 17 de novembro, que determina a criação da estrutura administrativa para a execução do Programa de Oportunidades e Direitos – POD, contando agora com a cooperação e investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como mencionado (FREITAS, 2021).

O Programa de Oportunidades e Direitos se propõe, através da diretriz POD Juventude, trabalhar a prevenção da violência e criminalidade, levando às comunidades, por meio dos Centros da Juventude, uma cultura de paz, de trabalho, profissionalização e socialização dos jovens e da comunidade na qual estão inseridos. É composto por seis Centros da Juventude na região metropolitana de Porto Alegre: Rubem Berta, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga, Alvorada e Viamão. Cada Centro da Juventude está sob a organização e administração de uma instituição parceira do Estado, sob gestão específica do Departamento de Políticas para a Juventude (DPJ) da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (SJCDDH). Os Centros da Juventude são espaços abertos à comunidade, que ali encontra o apoio social, a cultura, o lazer e a profissionalização (FREITAS, 2021).

5.3 A CRISE SOCIOAMBIENTAL

A produção excessiva com uso indiscriminado dos recursos, o crescimento exponencial da população, a desigualdade social produzindo fome e miséria e o aparecimento de doenças, como a COVID-19, remete a discussão da percepção da crise socioambiental visto que não há como manter boa qualidade de vida e saúde num contexto de poluição.

As mudanças climáticas favorecem a emergência e até a perenidade de doenças zoonóticas (PATZ; CHRISTENSON, 2011). Estamos vivendo uma mutação ecológica (LATOURE *et al.*, 2020) que irá instalar e possibilitar um mundo de pandemias (KECK, 2020).

Tanto a saúde como sua promoção estão relacionada às ações do ser humano frente ao ambiente que vive, por isso é preciso sensibilizar a população, quanto à reciprocidade do cuidado humano-humano e humano-ambiental (BRASIL, 2002). Neste sentido, a conscientização e atenção à saúde ambiental é uma responsabilidade global, visto que a saúde em uma dimensão ampla incorporando a interface entre a saúde humana, animal e ambiental (PATRÍCIO *et al.*, 2020).

A pandemia ocasionada pelo avanço do novo coronavírus ampliou o debate sobre condutas para a prevenção e combate às doenças virais. Já aconteceram outras emergências em saúde pública, que puseram à prova a capacidade da sociedade e dos governantes em dar uma resposta rápida e eficaz no enfrentamento a doenças, como no caso do Ebola e da gripe H1N1 (DOMINGUES, 2020 *apud* FERREIRA *et al.* 2021).

As medidas de prevenção e proteção inicialmente foram distanciamento e/ou isolamento social presencial, medidas de higiene pessoal como lavar as mãos com água e sabão com frequência e/ou lavar as mãos com álcool gel após contato com superfícies de uso comum (PATRÍCIO *et al.*, 2020).

Não se pode analisar essa crise de dimensões globais e totais sem ter presente os seus determinantes sociais. Para agravar a situação catastrófica, a crise sanitária e ambiental é acompanhada de uma grave crise econômica (JUNGES, 2020).

Um estudo conduzido pela empresa *Euromonitor International* em abril de 2020 apontou que no Brasil, entre os dias 5 e 26 de abril de 2020, o preço médio dos desinfetantes aumentou 15%, o do sabão, 21%, e o do alvejante, 32% (MORIMITSU *et al.*, 2020).

A crise causada pelo coronavírus agravou as condições de um mercado de trabalho já fragilizado e, por mais que tenha repercutido na sociedade de maneira geral, evidenciou e ampliou desigualdades já existentes. Desta forma, a classe trabalhadora foi fortemente atingida, aumentando os índices de desocupação e levando muitos trabalhadores a informalidade e a marginalização econômica. O desemprego afetou principalmente as mulheres, os jovens, os pretos e pessoas com menor escolaridade. O setor informal, naturalmente vulnerável, também foi duramente atingido (FIGUEIREDO, 2021, p. 16).

Qualquer pandemia é sempre discriminatória, mais difíceis para alguns grupos sociais do que para outros, pois só seria democrata se o acesso aos hospitais, aos tratamentos médicos, ao saneamento básico, a moradias adequadas e as máscaras, por exemplo, fossem acessíveis a toda população de forma igualitária (SCHWAN *et al.*, 2022). Dessa forma Sato (2020, p. 16) destaca:

Algumas vezes são grupos que não conseguem se defender das violências verbais, físicas ou sexuais, sofrendo diversos tipos de agressões e abusos. Outras vezes são grupos étnicos, cujas dimensões culturais se chocam violentamente contra as orientações oficiais brancas, hegemônicas e capitalistas. Na maioria das vezes, são pessoas economicamente desfavorecidas, em situação de vulnerabilidade, que não possuem o direito de “Ficar em Casa”, não têm facilidade para acessar água limpa e sabão, e muito menos comprar uma máscara para minimizar o contágio. Vivem ainda em colônias escravocratas, muitas vezes sob o chicote do patrão, ou exercem aquilo que chamamos de ‘serviços essenciais’.

Para os moradores de locais vulneráveis, as desigualdades sociais e econômicas se assemelham aos da população de rua, principalmente, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou algumas medidas de restrição, pois quando se fala em distanciamento social e cuidados básicos, como a higienização das mãos com sabonete/sabão ou álcool gel, sabe-se que grande parte da população não possui uma alimentação diária, nem saneamento básico e, na maioria das vezes, moram em casas precárias, com um grande número de pessoas onde não é possível ter os cuidados necessários para evitar a propagação do vírus. Além disso, deve-se -se destacar que, para esse grupo, a emergência sanitária atual vivida por eles apenas vem se juntar a muitas outras emergências enfrentadas por vários anos que antecederam a pandemia (SCHWAN *et al.*, 2022).

Portanto, a pandemia precisa servir para a mudança de hábitos por alternativas sustentáveis para que a sociedade se adapte a um novo modo de viver, de produzir e de consumir, uma mudança necessária para o bem comum. Entretanto, sabemos que alternativas ao modo de vida começam na família, escola, sociedade, no entanto, é necessário que essas ações conduzam a uma ação política, no sentido de torná-las concretas e obrigatórias, pois: “[...] só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a pensar numa sociedade em que humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita” (SANTOS, 2020, p. 31).

6 DISCUSSÃO

Envolto a crise social e o contexto de pandemia apresentado, relata-se e discute-se a relevância de uma ação de extensão realizada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e apresentada no evento Siepex (2021), conforme já citado. Ressalta-se aqui o viés em três âmbitos de atuação que as universidades devem ser protagonistas: o ensino, a pesquisa e a extensão. Sendo que por meio desta última, as universidades podem desempenhar funções sociais com o objetivo de promover o desenvolvimento social, destacar os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental, principalmente buscando a melhoria das condições de vida das comunidades em que atuam.

O Centro da Juventude onde a ação foi realizada fica no município de Viamão está localizado também na Região Metropolitana de Porto Alegre, no ano de 2020, com 387 jovens da comunidade em atendimento.

Este Centro da Juventude disponibiliza aos jovens da comunidade cursos profissionalizantes, de língua e cultura, oferecendo também atividades de Comunicação Não Violenta e o projeto Justiça Restaurativa. É gerenciado pelo Instituto Besouro de Fomento Social (entidade assistencial com representação mundial, presente em onze países, que objetiva, por meio da parceria com entes públicos, viabilizar o conhecimento, saúde e cultura às populações em situações de vulnerabilidade social), em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, e conta com uma equipe de dez profissionais com formação superior nas áreas de administração, serviço social, psicologia, pedagogia, química, história, dois funcionários auxiliares com ensino fundamental e dez profissionais instrutores para atuar nas oficinas, além de 57 jovens multiplicadores.

A ação destaque foi promovida para alcançar os objetivos traçados, conforme Ferreira *et al.*, (2021), apresenta como primeira etapa o estudo e desenvolvimento de uma formulação de baixo custo e de um procedimento experimental simples e seguro, junto aos discentes e professores da universidade responsável. Para tal foi empregado óleo residual de cozinha proveniente de doações da própria comunidade. Em uma segunda etapa, o procedimento, passo a passo, envolvido na fabricação de sabão líquido foi ensinado para os jovens voluntários. Nesta etapa,

também, foi ressaltada a importância do cuidado com o meio ambiente através da reciclagem do óleo de cozinha usado, e todas as normas de segurança necessárias para a manipulação dos ingredientes foram ensinadas. Destaca-se que todos os participantes usaram os equipamentos de proteção individual, como jalecos de mangas longas, luvas, óculos de segurança, calças compridas, sapatos fechados e máscaras de proteção. A terceira etapa da ação consistiu então no envase e rotulagem do sabão produzido. Para o envase foram utilizadas garrafas PET usadas, também, provenientes de doações da comunidade. As três primeiras etapas foram realizadas nas dependências da Universidade, Unidade Porto Alegre, em sala ampla e arejada. Por fim, a quarta e última etapa da ação compreendeu a distribuição do sabão fabricado junto às comunidades em situação de vulnerabilidade social, por parte dos jovens voluntários.

Embora seja reconhecida como uma necessidade da sociedade contemporânea, a educação ambiental não é uma modalidade de educação cujos princípios, objetivos e estratégias educativas são iguais para todos aqueles que a praticam. Isso significa dizer que há diferenças conceituais que resultam na construção de diferentes práticas educativas ambientais, além da tarefa de promover mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados.

É sabido que o estímulo e a facilidade de aquisição de produtos com pequeno ciclo de vida e o uso de alimentação pouco saudável, são questões que também permeiam essa ação. Visto que o óleo de cozinha usado em quantidade demasiada é um grande agente poluidor, sendo responsável por diversos danos ambientais e de grandes prejuízos econômicos. A disposição em redes de esgoto ou em aterros, através do descarte errôneo, acaba comprometendo a qualidade das águas, do solo e da atmosfera. Os resíduos líquidos podem causar inúmeros impactos ambientais nos ecossistemas. Por isso, ações que envolvam a reciclagem destes se fazem necessárias (HAJJARI *et al.*, 2017).

A gestão de resíduos de óleo é de suma importância para preservar o meio ambiente e precisa envolver os fatores de lançamento desses tipos de matérias e semelhantes, as táticas de prevenção e de conscientização e os métodos de potencial utilização dos mesmos em vários processos produtivos (WALLACE *et al.*, 2017). O óleo de fritura pode ser coletado e passar por vários processos termoquímicos para este ser utilizado com outra finalidade, como biogás, sabão, dentre outros (MANEERUNG *et al.*, 2016). Sendo assim, a utilização nobre e

reversa pode trazer grandes vantagens econômicas, agregando valor ao óleo residual, devendo ser incorporada nas ações de rotina, além de evitar a poluição ambiental e problemas no sistema de tratamento de água e esgotos.

Conforme Ferreira *et al.* (2021), o emprego de óleo residual de cozinha possibilitou a fabricação de sabão líquido de baixo custo, tão necessário no cenário que se apresentava de pandemia. Relata-se que foram produzidos 900 litros de sabão, sendo beneficiadas, diretamente e indiretamente, mais de 2.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A figura 1 abaixo, apresenta o produto, sabão líquido fabricado, envasado e rotulado.

Figura 1 – Sabão líquido produzido por ação de extensão da universidade



Fonte: FERREIRA *et al.*, 2021.

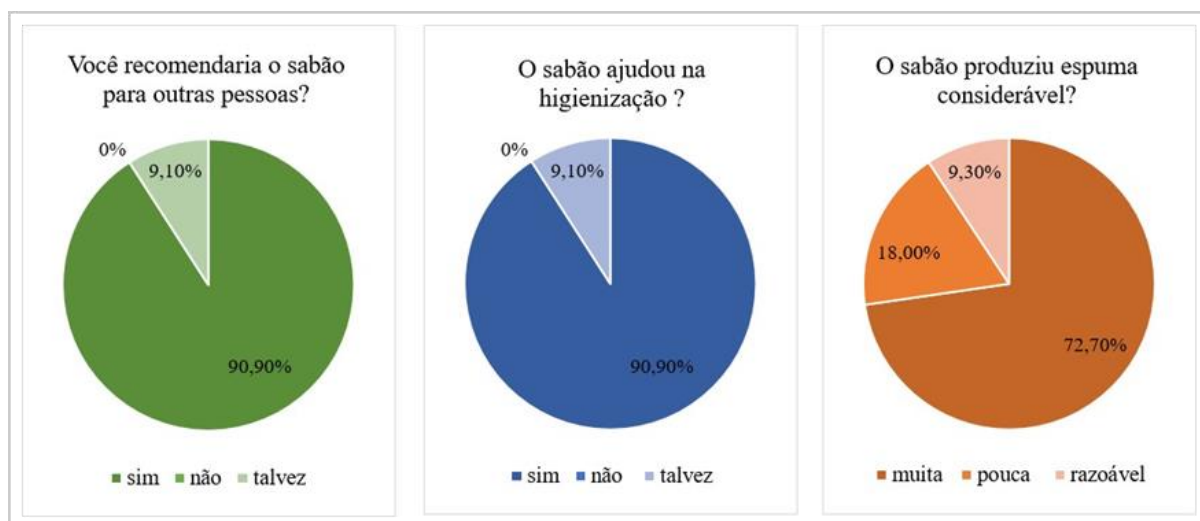
Considerando que o POD atende jovens, que vivem em comunidades de grande vulnerabilidade e com altos índices de criminalidade, buscando a redução da violência, gerando oportunidades e garantindo direitos, com ênfase na formação pela vida, e tem como um de seus objetivos específicos promover a inserção desses jovens no sistema educativo e no mercado de trabalho, através de ações socioeducativas, estimulando a inclusão socioproductiva e o espírito de cidadania (FERREIRA *et al.*, 2021).

Após a ação, foi possível investigar junto as famílias beneficiadas pelo sabão líquido, sua opinião sobre o produto e verificar o alcance da ação junto à comunidade atendida. A figura 2 mostra os resultados obtidos.

Dos entrevistados, 90,9% afirmaram que utilizam o sabão líquido e que recomendariam o uso a outras pessoas. Em relação ao processo de produção de espuma, 72,7% responderam que o sabão produziu espuma considerável.

O grande destaque foi com relação ao auxílio na higiene familiar, 90,9% dos entrevistados declararam que o sabão foi útil para a higienização das mãos e de utensílios domésticos.

Figura 2 – Respostas da investigação realizada com a comunidade atendida:



Fonte: FERREIRA *et al.*, 2021.

Por fim, neste cenário, encontra-se um espaço para uma vivência igualitária, de respeito com viés solidário, de forma a destacar jovens que se tornam conscientes da condição em que vivem e de como poderiam viver; a partir desta conscientização, pode ter início a busca por melhores condições em meio a toda crise socioambiental vivenciada. Essas experiências promovem o empoderamento desta juventude, repercutindo de forma positiva para a família e comunidade, como um exemplo a ser seguido e orgulho por ter vencido obstáculos, que vão muito além da questão econômica e educacional: trata-se de um propósito de emancipação, sensibilização ambiental e mudança do futuro junto a comunidades em que se situam os Centros da Juventude.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como a vivência contemporânea exacerba o consumo inconsciente dos recursos naturais, ocasionando a crise socioambiental vivenciada recentemente com a pandemia desde 2019, consagrou ainda que qualquer pandemia é sempre discriminatória, mais difícil para alguns grupos sociais do que para outros, apesar do vírus não ter um direcionamento de quem vai infectar.

Pode-se dizer que o desenvolvimento da ação relatada neste trabalho foi capaz de promover o exercício da cidadania e a inclusão socioproductiva dos jovens, a melhoria nas condições de vida e de saúde da população que recebeu o sabão fabricado, e uma política de desenvolvimento sustentável, reduzindo o impacto negativo no meio ambiente causado pelo descarte indevido do óleo residual de cozinha.

Até o início da pandemia, o Estado era o principal agente das políticas públicas na vida dos jovens voluntários, promovendo o aperfeiçoamento profissional e proporcionando a preparação para o mercado de trabalho. Durante a pandemia, e com o apoio da UERGS, os jovens tornaram-se protagonistas das políticas públicas de assistência à população gaúcha no combate à Covid-19 e na proteção ambiental, produzindo 900 litros de sabão líquido, sendo beneficiadas, diretamente e indiretamente, mais de 2.000 pessoas.

A realização de ações nesta magnitude, com característica multidisciplinar, destaca a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a importância da ciência e apresenta o fortalecimento da parceria entre a UERGS e o poder público do Rio Grande do Sul.

A aproximação dos jovens com o meio ambiente e os indivíduos da comunidade de uma maneira geral, geram sensação de bem-estar e promoção da saúde conscientização e sensibilização para questões relacionadas com a crise socioambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/panorama.pdf#page=17>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de abril de 1999.

CARVALHO, Túlio Antônio de Amorim (Coord.). **Manual do agente prevencionista**. 2. Ed. Porto Alegre: SEMA, 2006.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. Vidas perdidas e racismo no Brasil. **Publicatio UEPG Ciências Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, v. 22, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320/4137>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência - 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2017. 68 p.

ESMÉRIO, Milton; SOUZA, Kenya Ribeiro de (Org.). **A educação ambiental na construção da escola democrática e popular**. Porto Alegre: Secretaria Estadual da Educação, 2002.

FERREIRA, E.G. *et al.* Mãos solidárias – fase I: fabricação de sabão líquido como recurso para o combate à COVID-19. *In: SALÃO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UERGS – SIEPEX*, 10, 2021, Porto Alegre. **Livro de resumos**, Porto Alegre: Uergs, 2021. Disponível em: <http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/article/view/3608> Acesso em: 2 out. 2022.

FERREIRA, Ederson Gustavo de Souza; SILVA, Suelen Cristine Costa da. Ecocine: cinema como componente didático da educação ambiental. *In: V SALÃO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO & IA JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UERGS*, 5, 2015. **Livro de resumos**, Frederico Westphalen: Uergs, 2015. Disponível em: <http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/VSIEPEX/rt/printerFriendly/367/0> Acesso em: 5 mai. 2022.

FIGUEIREDO, I. **Gênero e trabalho: uma análise dos impactos da pandemia da COVID-19 na vida profissional de homens e mulheres**. Trabalho de conclusão de curso. Bacharelado em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FORUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro: 1995.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática da educação ambiental. *In*: LOUREIRO *et al.* **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-29.

IPEA. **Atlas da violência**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20> Acesso em: 20 nov. 2022.

HAJJARI, M.; TABATABAEI, M.; AGHBASHLO, M.; GHANAVATI, H. A review on the prospects of sustainable biodiesel production: a global scenario with an emphasis on waste-oil biodiesel utilization. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 72, p. 445-464, 2017.

JUNGES, José Roque. Pandemia do Covid19 e crise ambiental: questões críticas. **Revista Pelicano**, v. 6, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7676083> Acesso em: 13 jun.2021

KECK, F. Nós entramos no mundo das pandemias. **Revista IHU on-line**, 18 de abril 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598159-nos-entramos-no-mundo-das-pandemias-entrevista-com-frederic-keck> Acesso em: 27 out. 2022.

LATOUR, B.; HULOT, N.; RUFFIN, F. Como a Covid19 pode recrudescer a mutação ecológica. **Revista IHU on-line**, 18 de abril 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/598158-bruno-latour-nicolas-hulot-francois-ruffin-como-a-covid-19-pode-recrudescer-a-mutacao-ecologica> Acesso em: 27 out. 2022.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. Ed. Petrópolis: Pnuma, 2011.

LOUREIRO, C. F. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. *In*: **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.104- 163.

MANEERUNG, T.; KAWI, S.; DAI, Y.; WANG, C. H. Sustainable biodiesel production via transesterification of waste cooking oil by using CaO catalysts prepared from chicken manure. **Energy Conversion and Management**, v. 123, p. 487-497, 2016.

MEDINA, Naná Mininni. A formação dos professores em educação ambiental. *In*: Secretaria de Educação Fundamental. **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

MELLO-SILVA, C.C.; CONCATTO, A.M. **Homo parasitus ou Homo ecologicus?**: repensando a relação do ser humano com o ecossistema planetário. Curitiba: Appris, 2020.

MORIMITSU, E.; LINARES, F.; RODRIGUEZ, E.; UDUSLIVAIA, S. Coronavirus: Americas Price and Availability Insights, 5-26 April 2020. **Euromonitor International**, 6 maio 2020. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/article/coronavirus-americas-price-and-availability-insights-5th-26th-april-2020> Acesso em: 20 set. 2021

PATRÍCIO, I. *et al.* Promovendo Saúde com Educação Ambiental no Enfrentamento da Pandemia COVID-19. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 13, n. 3, p. 154-171, dez. 2020.

PATZ, J. A.; CHRISTENSON, M. A mudança climática e a saúde. *In: Organização Pan-Americana de Saúde. Determinantes ambientais e sociais da saúde.* 2011. p. 215-232.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SATO, Michele (org.). **Os condenados da pandemia.** Cuiabá: Sustentável, 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de educação Ambiental. **Caderno Ambiental:** Guarapiranga. São Paulo: SMA/CEA, 2008.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Márcia Regina da. PESSOA, Zoraide Souza. Educação como instrumento de gestão ambiental numa perspectiva transdisciplinar. **Núcleo RMNatal Observatório das metrópoles**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo19.pdf> Acesso em 17 mai. 2021.

SINHORETTO, J.; BATITUCCI, E.; MOTA, F. R. (Coords.). A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In: LIMA, C. do S. L.; BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S. de (Orgs.) et al. Segurança Pública e Direitos Humanos:* Temas Transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014.

SJDH. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Estado do Rio Grande do Sul. **Termo de referência.** Contratação de organização não governamental (ong) para prestação de serviço técnico e especializado de consultoria destinada a implantar, manter e institucionalizar centros da juventude no Rio Grande do Sul 2016. Disponível em: <https://sjsps.rs.gov.br/upload/arquivos/201705/05112648-tdr-manifestacao-de-interesse-ong-centros-da-juventude-centro-de-juventude.pdf> Acesso em jun. 2020.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme, Saramago; ALVES, Laís Hilario. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUNCAMP**, v.20, n.43, p.64-83, 2021.

STONE, M. K.; BARLOW, Z. **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, p.312, 2006.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Metodologias Aplicadas à Educação Ambiental**. Curitiba: IESDE, Brasil, 2006.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide**: executive summary. Vienna, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2011**. Os Jovens do Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Instituto Sangari. 2011.

WALLACE, T.; GIBBONS, D.; DWYER, M.; CURRAN, T. International evolution of fat, oil and grease (FOG) waste management—a review. **Journal of Environmental Management**, v. 187, p. 424-435, 2017.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.